

Novo DEIT – Libras, dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de língua brasileira de sinais como instrumento linguístico no processo de gramatização da Libras

Andréa Tôrres Vilar de Farias¹

Angélica Torres Vilar de Farias²

Resumo

Os dicionários se caracterizam por objetivarem realizar uma descrição do léxico de uma língua de forma sistemática. Neste trabalho, objetivamos analisar o Novo Deit – Libras, Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue de Língua de Sinais Brasileira, reeditado em 2009 enquanto instrumento linguístico da LIBRAS, buscando discorrer como os autores constroem a ideia da LIBRAS enquanto língua natural, bem como averiguar a composição e funcionamento do dicionário Novo Deit- Libras. Foi possível verificar o Novo Deit – Libras como um instrumento de gramatização da LIBRAS que busca representá-la produzindo efeito de uma língua completa.

Palavras-chave: Gramatização. Dicionários. LIBRAS.

NEW DEIT - LIBRAS, DICTIONARY ENCYCLOPEDIA ILLUSTRATED TRILINGUE OF BRAZILIAN LANGUAGE OF SIGNS AS A LANGUAGE INSTRUMENT IN THE GRAMMARIZATION PROCESS OF LIBRAS

Abstract

Dictionaries are characterized by their systematic description of the lexicon of a language. In this paper, we aim to analyze the New Deit - Libras, Trilingual Illustrated Encyclopedic Dictionary of Brazilian Sign Language, reissued in 2009 as a LIBRAS linguistic instrument, seeking to discuss how the authors construct the idea of LIBRAS as a natural language, as well as to investigate the composition and functioning of the New Deit-Libras dictionary. It was possible to verify the New Deit - Libras as a grammar instrument of LIBRAS that seeks to represent it producing the effect of a complete language.

Keywords: Grammatization. Dictionaries. LIBRAS.

1 Doutoranda em Linguística, pela Universidade Federal do da Paraíba - UFPB. E-mail andreatvilar@gmail.com

2 Doutoranda em Linguística, pela Universidade Federal do da Paraíba - UFPB. E-mail angelvilar10@gmail.com

Introdução

De uma maneira geral, os dicionários se caracterizam por objetivarem realizar uma descrição do léxico de uma língua de forma sistemática. No mercado editorial de obras lexicográficas existem inúmeros tipos de dicionários, os quais podem ser classificados em monolíngue, bilíngue ou trilingue. Subdividindo a classificação monolíngue de dicionário temos os: ideológicos, etimológicos, históricos, dicionários de língua, dicionários específicos de um assunto, que podem ser dicionários de gírias, de palavras regionais, de termos restritos de uma determinada área de conhecimento (medicina, direito, etc), sendo que destes, os mais usados são necessariamente os dicionários gerais de língua.

No âmbito da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, destacamos alguns dicionários como: *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue de Língua de Sinais Brasileira*, de 2001; o *Novo Deit – Libras, Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue de Língua de Sinais Brasileira*, reeditado em 2009 e o *Dicionário da Língua Brasileira de Sinais*, de 2002 (versão eletrônica), entre outros. A nossa análise será específica ao dicionário Novo Deit- Libras. Um dicionário que conquistou espaço entre os usuários da LIBRAS por propor e implementar um novo paradigma da neurociência cognitiva, para dicionarização das línguas de sinais.

Motivados por estudos referentes às ideias sobre a linguagem e também considerando as diversas possibilidades de se entender a organização de dicionários, especificamente o de Libras, enquanto instrumento linguístico que contribui para o processo de gramatização da língua, partimos das seguintes questões norteadoras: Visando a construção de instrumentos linguísticos, como os autores constroem na/LIBRAS a ideia de língua natural? Qual o objetivo da obra (Novo Deit – Libras) e para quem foi escrito? Como se dá a

construção e o funcionamento das definições no dicionário de Libras?

Visando responder tais questões, definimos como nosso objetivo geral: Investigar sobre o Novo Deit – Libras, Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue de Língua de Sinais Brasileira, reeditado em 2009 enquanto instrumento linguístico da LIBRAS. E como objetivos específicos buscamos: i) discorrer como os autores constroem a ideia da LIBRAS enquanto língua natural e; ii) averiguar a composição e funcionamento do dicionário Novo Deit- Libras.

Considerando os objetivos propostos, apresentamos um breve histórico sobre a LIBRAS. Articulamos também sobre a história das ideias linguísticas, fundamentados em Aurox (1992), a fim de nos dar sustentação teórica, referente ao processo de gramatização. Também abordamos sobre a importância dos dicionários no processo de gramatização de línguas.

1 - Sobre a LIBRAS

O Brasil ainda é considerado um país monolíngue, um país que tem o português como língua oficial. No entanto, há vários grupos falantes de outras línguas caracterizando-o de fato, um país plurilíngue. De acordo com Oliveira (2003), no Brasil são faladas aproximadamente 210 línguas. Uma média de 190 são línguas indígenas, e cerca 20 línguas são de imigração.

Essas línguas são todas brasileiras e precisam de reconhecimento, através de políticas linguísticas que favoreçam a preservação das mesmas como línguas dos cidadãos brasileiros (OLIVEIRA, 2003). Essas políticas se apagam quando o foco é o incentivo ao uso e manutenção das diferentes línguas do país. Em outras palavras, não se investe muito em políticas que favorecem o desenvolvimento de outras línguas, além do português.

Em um cenário de insatisfações relacionadas a políticas que favoreçam o desenvolvimento e reconhecimento de outras línguas no Brasil, destacamos que nos últimos anos, vêm ocorrendo transformações relacionadas às escolas indígenas e a educação dos surdos. Como exemplo, temos a Constituição Brasileira de 1988, que ao incorporar o reconhecimento dos povos indígenas brasileiros, acarreta várias mudanças, dentre elas o estabelecimento da língua do povo indígena como a língua de instrução e o português como segunda língua.

Observam-se também, algumas ações específicas com a língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, que se constituiu na comunidade surda brasileira. É uma língua que expressa todos os níveis linguísticos de quaisquer outras línguas e apresenta uma gramática, com estrutura própria, usada por um determinado grupo social (QUADROS; KARNOPP, 2004).

Na antiguidade, os gregos e romanos defendiam que o pensamento só podia se desenvolver através da linguagem, e que sem a fala, tal pensamento se impossibilitava de desenvolver. Diante desse posicionamento, não consideravam os surdos como pessoas competentes, os quais eram isolados da sociedade e submetidos a um processo de oralismo, em que eram forçados, em vão, a aprender a falar.

Esse modelo educacional (oralismo) perdurou como proposta principal para a educação dos surdos durante um século, o que fez com que fossem abandonadas a cultura e identidade surda. Foi somente a partir da década de 60, que a língua de sinais passou a ser reconhecida como uma língua de estrutura própria e legítima. Desse modo, a trajetória de uma língua sem leis que a acobertassem passou a se modificar.

Como o tempo, em decorrência de muitas lutas, várias mudanças aconteceram, inclusive aprovações de leis a favor do aluno surdo. Nos

anos 80 e 90, deu-se início a um resgate e utilização, no ambiente escolar, da língua de sinais, e algumas escolas de surdos passaram a utilizar esta língua.

Em 2002 um grande passo foi dado na história da língua de sinais e na vida do surdo. Esse ano foi marcado pela Lei Federal 10.436, que reconhece a LIBRAS como uma das línguas dos surdos brasileiros. Em seu artigo 1 ela determina que:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Lei 10.436 de 2002).

Regulamentada através do Decreto 5626 de 2005, a referida lei determina várias ações para a implementação de políticas linguísticas e educacionais para preservação e disseminação da língua de sinais. Esse decreto torna obrigatório o uso da língua de sinais não apenas para surdos, mas também para os professores que lecionam para alunos surdos. Determina também, a presença de intérpretes de LIBRAS nas salas de aulas que tenham alunos surdos.

Foi através da lei 10.436 que se estabeleceu a inclusão do ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de educadores, como também, a criação de cursos de graduação para formar professores bilíngues (língua brasileira de sinais e língua portuguesa) para atuarem na educação básica, em cursos de graduação de Letras LIBRAS, como também em cursos de tradução e interpretação, para formar tradutores e intérpretes em LIBRAS.

Nesse contexto, ressaltamos que a Lei de Libras 10436/2002 foi um grande marco nas políticas linguísticas da língua dos surdos, e um instrumento legal, que a reconhece como uma

das línguas brasileiras usada por uma comunidade surda no Brasil.

1.1 - Sobre a ideia da LIBRAS como língua natural

Segundo Albres (2005, p. 88) a linguagem gestual, natural dos surdos, era considerada uma linguagem pobre e limitada, por prender o surdo “[...] a um microcosmo restrito aos que sabem essa linguagem primitiva”. No entanto, pesquisas linguísticas evidenciaram que as línguas de sinais atendem a todos os requisitos de uma língua, reconhecendo-a como natural e com um status linguístico.

Para Quadros e Karnopp (2004, p.30) as línguas de sinais são consideradas naturais, “e não um problema do surdo ou uma patologia da linguagem”, pois compartilham características específicas, com um sistema linguístico legítimo.

Ainda de acordo com o autor, a aquisição da língua de sinais de crianças surdas, filhas de pais surdos é equivalente ao processo de aquisição das línguas faladas³, pois elas apresentam o input⁴ linguístico adequado, representando, no entanto, apenas 5% a 10% das crianças e que a criança surda deve ser exposta a contatos com sinalizadores surdos, para que ocorra a aquisição da língua de sinais de forma espontânea, pois o desenvolvimento na sua primeira língua (L1) influenciará na aquisição de uma segunda língua (L2). Assim, devemos considerar que a educação de

surdos deve ser Bilíngue desde a Educação Infantil, ocorrendo por meio da LIBRAS como (L1) e da Língua Portuguesa como (L2).

Nesse sentido, Fernandes (2002, p.4) defende que a língua de sinais é

[...] uma língua natural em organização em todos os níveis gramaticais prestando-se às mesmas funções das línguas orais. Sua produção realizada através de recursos gestuais e espaciais e sua percepção é realizada por meio de processos visuais por isso é denominada uma língua de modalidade gestual-visual-espacial.

Assim, compreendemos que a capacidade visual dos surdos não é a mesma dos ouvintes. Porém, a organização cerebral da língua de sinais é a mesma para a oral-auditiva, fazendo dela, uma língua natural que tem também o seu período crítico de aquisição (Anater, 2008).

Fortalecendo a ideia da LIBRAS como língua natural, Campello (2007) destaca, que a Língua de Sinais é reconhecida pelas suas características linguísticas. A autora também deixa claro que, para uma língua ser considerada natural precisa ser utilizada por uma comunidade como meio de difusão de seus valores, de sua cultura, de forma a constituir sua identidade, como também, deve existir falantes que a adquiriram como primeira língua, fato que acontece com a LIBRAS.

Sobre essas ideias, e entendendo o conceito de natural em oposição a código e linguagem, Ramos (2019) aponta como necessário para o reconhecimento das Línguas de Sinais como natural, a avaliação da existência de semelhanças entre as mesmas e as línguas orais. Nessa direção, uma das semelhanças encontradas foi a existência de unidades mínimas formadoras de unidades complexas, observadas “[...] em todas as Línguas de Sinais espalhadas pelo mundo, possuidoras dos níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático” (RAMOS, 2019, p.8), além de outras semelhanças como dialetos regionais.

3 “Dispositivo inato que permite à criança acionar a gramática da sua língua materna a partir dos dados linguísticos a que está exposta. Esse dispositivo é a Gramática Universal, que contém princípios rígidos e princípios abertos. Os princípios rígidos captam aspectos gramaticais comuns a todas as línguas humanas. Os princípios abertos, também chamados de parâmetros, captam as variações das línguas através de opções determinadas e limitadas. Quando todos os parâmetros estão fixados, a criança adquiriu a Gramática Núcleo, isto é, a gramática de sua língua

4 Palavra inglesa que tem como significado: conjunto de informações que chegam a um sistema (organismo, mecanismo) e que este vai transformar em informações de saída.

Nesse contexto, os surdos passaram a ser entendidos como possuidores de uma cultura própria, por apresentarem uma língua numa modalidade espaço-visual, e a surdez como um fator que acarreta uma diferença básica de linguagem. Assim, a língua de sinais passou a ser encarada e considerada, como a expressão natural da comunidade surda (DALCIN, 2006).

Dando continuidade à discussão, apresentamos no próximo tópico considerações sobre a gramatização das línguas, haja vista, que o nosso foco é o dicionário de LIBRAS enquanto língua natural, que passa pelo processo de gramatização.

2. Gramatização das línguas

A constituição do saber linguístico é histórico, dinâmico e acontece cotidianamente, ou seja, se constitui no tempo. De acordo com Auroux (1992, p. 11), desde o início do século XIX, são muitos os trabalhos direcionados à história dos conhecimentos linguísticos. Estes podem ser classificados em três categorias: “[...] i) os que visam construir uma base documentária para pesquisa empírica; ii) os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam [...]; iii) e os que têm o papel fundador”, ou seja, aqueles que se voltam para o passado buscando legitimar uma prática cognitiva contemporânea.

A fim de responder como o saber linguístico se constitui no tempo, se evolui, se transforma ou desaparece, Auroux (1992) adota três princípios: o da definição puramente fenomenológica do objeto (que trata sobre como a linguagem humana se realizou na diversidade das línguas e os saberes que se constituíram a seu respeito), o da neutralidade epistemológica (aborda sobre a forma neutra de se estudar a ciência sem escala de valores); e o do historicismo moderado, segundo o qual:

Não há nenhuma razão para que saberes situados diferentemente no espaço-tempo

sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos ou os mesmos traços dos fenômenos, assim como línguas diferentes, inseridas em práticas sociais diferentes, não são os mesmos fenômenos (AUROUX, 1992, p.14).

O autor apresenta um panorama geral sobre como a constituição das ciências da linguagem, de certa forma, está relacionado com a constituição do saber metalinguístico em relação de continuidade com o epilinguístico. Para Auroux (1992), a ruptura dessa relação de continuidade faz surgir o processo de gramatização, que começa com o aparecimento do primeiro saber metalinguístico de uma determinada língua, que pressupõe a escrita, e culmina com a elaboração desses instrumentos.

Auroux (1992, p. 76) coloca que uma língua é gramatizada “quando podemos falá-la (ou lê-la), ou seja, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito), com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis”. Sendo assim, gramatização é “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX 1992, p. 65).

Dessa forma, a gramática e o dicionário se constituem enquanto instrumentos que estendem a capacidade linguística do falante, e não deixam estáticas as práticas linguísticas humanas, “[...] pois do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca do dicionário [...]” (AUROUX, 1992, p. 70), haja vista que independente da nossa competência linguística, jamais dominaremos a grande quantidade de palavras existentes nos dicionários.

De acordo com Petri (2012, p. 29) “[...] tratar de instrumentos linguísticos, hoje, é trazer à baila uma série de objetos que funcionam no interior

do processo de instrumentação da língua, tais como: livros didáticos, dicionários [...]”. De fato, o funcionamento dos dicionários é essencial e serve de suporte ao processo de gramatização, constituição e institucionalização de uma língua.

Para Nunes e Seligman (2003, p. 38), o dicionário é um objeto discursivo, cujo sentido se constitui historicamente, pois tanto as definições presentes no dicionário, quanto “[...] os sujeitos que as produzem (as posições de sujeito dos lexicógrafos) aparecem em determinados contextos históricos”.

Em concordância com o pensamento de Nunes e Seligman (2003), assumimos que os dicionários nem sempre tiveram a mesma estrutura e organização que os de hoje, e sua elaboração se estendeu por muito tempo, até apresentar uma estrutura mais complexa contendo: “marcação gramatical, codificação das formas de definição, pronúncia, sinônimos, antônimos, marcação de domínios semânticos etc”. (AUROUX, 1992, p. 74).

De acordo com Nunes (2006) a relação entre língua, sujeito e história é decisiva para a constituição do sentido e do sujeito, e essa mesma relação aparece na análise dos dicionários. Para o autor, “os sentidos dos dicionários são considerados na relação indissociável com os sujeitos tomados em seu modo social e histórico de existência” (NUNES, 2006, p. 19). Dessa forma, o dicionário assume o posto de discurso e prática de saber.

Nesse sentido, destacamos que os dicionários são essenciais ao processo de gramatização de uma língua, que surge com o aparecimento de um primeiro saber metalinguístico, pois quando são citadas e listadas palavras em textos de outras línguas, torna-se necessário, que essas citações de expressões se prolonguem em um processo de continuidade, para que ocasionem o processo de início da escrita de gramáticas e dicionários.

Diante dessas considerações, afirmamos que os instrumentos linguísticos – dicionários e gramáticas – são, de fato, a base do nosso conhecimento sobre a língua, visto que os utilizamos para ampliar nosso domínio linguístico, ou seja, eles nos ajudam em nosso saber sobre a língua.

Sobre o processo de gramatização, destacamos ainda, que este contribui na formação da sociedade, construindo espaços de identificação. Para Diniz (2010, p. 22), a gramatização [...] “além de implicar a constituição de um saber metalinguístico, resulta na construção de espaços imaginários de identificação. Tendo, assim, efeitos sobre a configuração das formas das sociedades”.

Nesse contexto, as considerações de historiadores das ciências sobre a linguagem, nos contemplam com contribuições riquíssimas com relação ao saber linguístico e ao processo de gramatização, pois nos mostram como “[...] a longo tempo, a criação de instrumentos linguísticos (desde a escrita até as gramáticas e os dicionários) ou gramatização mudou consideravelmente a ecologia da comunicação [...] e que [...] as grandes línguas de culturas são, de certa maneira, artefatos, produtos da instrumentalização dos Estados-Nações” (DINIZ, 2010, p.21).

A partir dessas considerações, fica visível o mérito inquestionável dos dicionários, no processo de gramatização das línguas, tornando-se fundamental refletir sobre o lugar desse instrumento linguístico da LIBRAS, enquanto língua natural, visto que os dicionários são discursos sobre a língua que, a institucionaliza como patrimônio cultural.

3. Apresentando e analisando o dicionário

O Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de sinais Brasileira (LIBRAS), baseado em linguística

e neurociências cognitivas é resultado de duas décadas de pesquisas na Universidade de São Paulo, tornando-se um importante instrumento para educação de surdos. Tem como editores: Fernando Capovilla⁵, Wakíria Duarte Raphael⁶, Aline Cristina Maurício⁷. Editado em 2009 é uma extensão de uma primeira edição do Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (2006) e contém um léxico duas vezes maior do que o primeiro dicionário. Ele apresenta várias inovações, como por exemplo, soletração digital dos verbetes.

O Novo Deit- Libras surge em um momento de grande eloquência e mudanças na cultura surda, pelo fato de nos últimos 40 anos, as Línguas de Sinais das pessoas surdas terem sido reconhecidas pelos linguistas e professores, bem como pelas próprias pessoas surdas, como língua autônoma. Sendo assim, a organização e publicação de dicionários assumiu extrema importância para o reconhecimento e afirmação da LIBRAS como língua natural do povo surdo.

A primeira publicação de dicionários de Língua de Sinais foi o da Língua de Sinais Americana (1960) e a partir daí outros dicionários foram publicados. No Brasil, a produção de dicionários trouxe consequências importantes para a Língua de Sinais, pois permitiu registrar a língua da cultura surda e também ocasionou o desenvolvimento da prática lexicográfica da LIBRAS, que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro.

Sobre a organização e funcionamento do Novo Deit- LIBRAS observamos, que este

apresenta logo em seu início sete textos: 1) Apresentação da primeira edição do dicionário; 2) Dedicatória; 3) Apresentação do Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras); 4) Uma introdução; 5) Um texto com orientações de como usar o Novo Deit-Libras; 6) Alfabeto manual da Libras, números em Libras e formas de mão usadas em Libras; e 7) Como ler e escrever os sinais da Libras através do SignWriting. Apresenta também, após o prefácio, o alfabeto datilológico. Recortamos alguns verbetes para analisar sua composição material como: definições, entradas, exemplos, a etimologia, a imagem.

O dicionário é trilingue, apresenta entradas organizadas por desenhos ou fotos dos sinais, e as palavras da língua portuguesa aparecem dispostas em ordem alfabética. Já a ordem de entrada dos sinais segue a sequência: da Língua de Sinais para a Língua Portuguesa e depois para inglesa.

Observando abaixo o verbe “NATAÇÃO”, conferimos que o Novo Deit- LIBRAS apresenta a estrutura de seus verbetes da seguinte forma: soletração digital do verbe + ilustração do significado do sinal e dos verbetes a ele associados em português e inglês + ilustração da forma (i.e., composição quirêmica⁸) do sinal em estágios + escrita visual do sinal em SignWriting⁹ + verbetes do português e do inglês que correspondem ao sinal + escopo de validade do sinal 225 + classificação gramatical dos verbetes em português + definição do significado representado pelo sinal e pelos verbetes do português e do inglês + exemplos + descrição da forma (i.e., composição quirêmica) do sinal, e a variação de uso do sinal.

Verificamos também que aspectos como: ilustração do sinal, ilustração da forma do sinal e

5 Psicólogo e mestre em Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento pela Universidade de Brasília (1984), PhD, em Psicologia Experimental pela Temple University of Philadelphia (1989). Livre docente em Neuropsicologia pelo Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (2000), com tese em Dicionarização em LIBRAS.

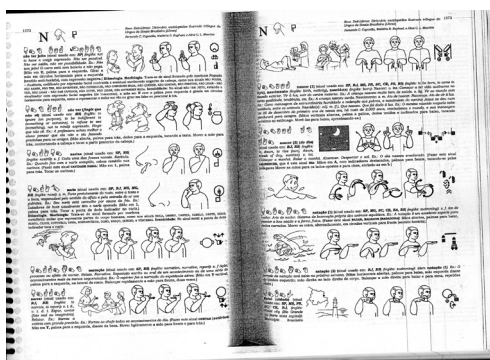
6 Psicóloga pela Universidade de Mogi das Cruzes (1978), Mestre em Psicologia Experimental pelo Instituto de Psicologia da USP (IP- USP) (2002).

7 Psicóloga (2003), Mestre em Psicologia Experimental pelo Instituto de Psicologia da USP (IP- USP) (2004) e Doutora em Psicologia Experimental pelo IP- USP (2009).

8 Conjunto das unidades que formam os sinais como por exemplo: o movimento, a configuração de mão, ponto de articulação, as setas e os estágios para a produção do sinal.

9 Sistema de escrita das línguas gestuais que expressa os movimentos as forma das mãos, as marcas não-manuais e os pontos de articulação.

a escrita em SignWriting definem o campo visual do dicionário e o caracterizam enquanto dicionário de língua de sinais. De acordo com Capovilla (2009), esse aspecto visual, permite que a criança aprenda o sentido do sinal, sem depender da língua portuguesa para isso. As ilustrações dos sinais do verbete: “NATAÇÃO” atende a essas ideias, pois tornam possível a apreensão do sentido do sinal através da ilustração do homem fazendo os movimentos referentes a nadar.



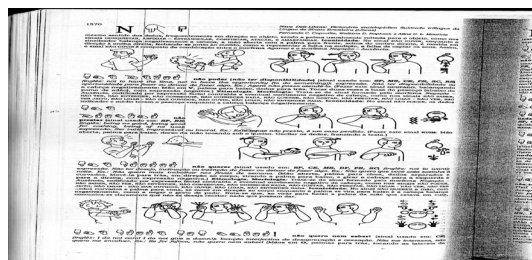
Gravura 01: Verbetes “natação” (CAPOVILA, 2013)

O mecanismo de soletração digital que converte as letras escritas em formas de mão possibilita apresentar a palavra escrita, na sua linearidade, para o espaço visual, através do alfabeto manual, ou seja, além da apresentação do sinal a palavra é soletrada através do alfabeto manual. Isso nos leva a entender que, ao soletrar as palavras usando o espaço visual além de facilitar a compreensão para o surdo, também se torna parte da formação do léxico da Língua de Sinais.

Sobre as ilustrações, o Novo Deit: Libras acrescenta várias para o mesmo sinal. O lexicógrafo busca com isso, ampliar o sentido e facilitar a compreensão fazendo com que a pessoa surda, ao visualizar diferentes imagens apreenda melhor o sentido do sinal.

A etimologia é um ponto que merece destaque e que foi acrescentado pelo lexicógrafo em muitos verbetes do dicionário. Vale destacar que o Novo Deit- Libras foi primeiro dicionário de Libras

no Brasil a abordar esse aspecto. Observemos a expressão: “NÃO SABER NADA”:



Gravura 02: Verbetes “não saber nada” (CAPOVILA, 2013)

O sinal “NÃO SABER NADA” relaciona sua origem à morfologia e à iconicidade do sinal, e associa sua estrutura morfêmica a outros sinais que tem o mesmo morfema. Ou seja, o estudo da origem da estrutura morfêmica de um determinado sinal, tem relação direta com sinais que têm o mesmo morfema. Dessa forma, o sinal “NÃO SABER NADA” apresenta-se representado por bochechas sugadas como nos sinais: SEM, NENHUM, NADA, e a iconicidade se relaciona com o significado do sinal, ou seja, os gestos têm relação com a palavra sinalizada.

Torna-se importante destacar, a sintaxe diferenciada da LIBRAS em relação a outras línguas e a outros dicionários, haja vista que, a maneira de expressar os sinais está relacionada a determinadas estruturas, tanto no nível da morfologia quanto no nível da sintaxe e são obrigatórias nas línguas de sinais em circunstâncias específicas. Dessa forma, o nível da sintaxe, as marcações não-manuais são responsáveis por indicar certos tipos de construções, como sentenças afirmativas, interrogativas, negativas, relativas, condicionais, construções com tópico e com foco.

A ordem básica de estruturação das sentenças na LIBRAS é SVO (S= sujeito; V= verbo; O= objeto), no entanto, também são válidas construções derivadas como: OSV, SOV e VOS. A variação verificada na língua de sinais brasileira está relacionada a mecanismos gramaticais como

a existência de topicalização, de concordância, de construções com foco, sempre agregado ao uso de determinada marcação não-manual. Sendo assim, uma sentença nas ordens SOV, OSV, e VOS só vai ser aceita gramaticalmente, se junto a ela for associado o uso de elementos não-manuais. Por outro lado, uma sentença na ordem primordial SVO, sempre será considerada, independente de conter ou não uma marcação não-manual.

Diante do exposto, conferimos que o Novo- Deit Libras incorpora e apresenta aspectos baseados em estudos da linguística das línguas orais, da fonologia, da morfologia, da sintaxe, da lexicografia, como também se baseia, em estudos da linguística das línguas de sinais, como a estrutura interna do sinal, os aspectos relacionados aos parâmetros que constituem a sua estrutura lexical e os conhecimentos relacionados à sintaxe.

4. A título de conclusão

As observações feitas nos direcionam compreender que, para uma língua passar pelo processo de gramatização precisa ser considerada enquanto língua natural, e que isso não poderia ser diferente com a língua de sinais.

Por ter surgido espontaneamente por meio da interação entre as pessoas, e por apresentar uma estrutura que torna capaz a expressão de conceitos, sejam descritivo, racional, emotivo, literal, abstrato ou concreto, como também por sua capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentença, a LIBRAS é considerada uma língua natural.

A Literatura nos mostra a LIBRAS como língua natural e como um sistema linguístico legítimo que contempla todos os critérios linguísticos de uma língua, na sintaxe, no léxico, e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças.

Com relação à organização e funcionamento do dicionário pontuamos que este é um instrumento

de gramatização da LIBRAS e busca representá-la produzindo efeito de uma língua completa, contendo conhecimentos científicos e informações sobre a língua e a etimologia da mesma. O novo Deit-Libras recorre a exemplos para que o surdo e também os ouvintes compreendam melhor os sinais e tenham um melhor entendimento da língua. Também estende a capacidade linguística do falante, tornado-se lugar de memória na língua, assim como destaca Petri e Medeiros (2013).

Referências:

ALBRES, Neiva de Aquino. A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores. 129 f. Dissertação(Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.

ANATER, Gisele Iandra Pessini. Pensando em Tradução Cultural a Partir do Sujeito Não-Surdo. In: QUADROS, Ronice Müller de. (Org.) Estudos Surdos III. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

AUROUX, Sylvain. A Revolução Tecnológica da Gramatização. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

CAMPELLO , Ana Regina e Souza . Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos. In: QUADROS, Ronice Müller de. ; PERLIN, Gladis. (Orgs.) Estudos Surdos II. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina L. (Org.). Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira (Libras) baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013. v. 2: Sinais de I a Z. p. 2684-2701.

DALCIN, Gladis. Um Estranho No Ninho: Um Estudo Psicanalítico Sobre A Constituição Da Subjetividade Do Sujeito Surdo. In: QUADROS,

Ronice Müller de. (Org.). Estudos Surdos I. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

DINIZ, Leandro Rodrigues Alves. Mercado de línguas: A instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira. Campinas: Editora RG: 2010.

FERNANDES, Sueli. Departamento de Educação Especial: área da surdez, 2002. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em junho de 2019.

NUNES, José Horta; SELIGMAN, Kátia. Discurso lexicográfico: As reedições do dicionário da Língua Portuguesa de Moraes. Revista Alfa, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 37-51. 2003.

_____. Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2006.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (org.) Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, Campinas: IPOL/Mercado das Letras, 2003.

PETRI, Verli. Gramatização das línguas e instrumentos lingüísticos: a especificidade do dicionário regionalista. Língua e instrumentos lingüísticos, Campinas: RG Editora, n. 29, p. 23-37, jan./jun. 2012.

PETRI, Verli; MEDEIROS, Vanise. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. Letras, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 43-66, jan./jun. 2013.

QUADROS, Ronice. Muller. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Editora ArtMed. 2004.

RAMOS, Clélia Regina. LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br>. Acesso em maio de 2019.

SKLIAR, Carlos. Atualidade da educação bilíngue: interfaces entre pedagogia e lingüística. Porto Alegre: Mediação, 1999.

Submissão: 19 de junho de 2019.

Aceite: 27 de julho de 2019.